

Os trabalhadores e a cidade: desigualdade socioespacial e a luta por moradia em Florianópolis

*Workers and the city: socio-spatial inequality and
the struggle for housing in Florianópolis*

Carmen Susana Tornquist*

Resumo

O artigo procura contribuir com a reflexão sobre as lutas urbanas recentes no Brasil tendo por base o caso de Florianópolis. Tem como recorte temporal o período de democratização institucional até 2016 e como foco a questão da moradia, tal como postulada por Friedrich Engels, ou seja, como expressão da luta de classes. A partir da particularidade desta cidade, pretende-se analisar os limites dos movimentos sociais urbanos que foram se descolando da perspectiva da luta de classes, em um processo recente que envolve transformações no próprio campo da esquerda brasileira.

Palavras-chave: classe trabalhadora; Florianópolis; movimentos sociais

Abstract

The article seeks to reflect upon recent urban struggles in Brazil, based on the case of Florianópolis. It considers the period of institutional democratization until 2016, focusing on the issue of housing, as postulated by Friedrich Engels, that is, as an expression of class struggle. Considering the particularity of this city, the paper intends to analyze the limits of urban social movements that have been gradually detaching themselves from the perspective of class struggle, in a recent ongoing process that involves transformations in the field of the Brazilian left.

Keywords: working class; Florianópolis; social movements

* Professora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-ambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Doutora em Antropologia, Mestre em Sociologia Política e licenciada em História.

Nunca fomos tão participativos é o título do texto de Ermínia Maricato publicado no Jornal dos Sem Terra em 2008 (Maricato, 2008, p. 2) e incluído no livro *O impasse da política urbana brasileira*, de 2011 (Maricato, 2011, p. 89). Esta constatação, reiterada por ela em várias outras ocasiões, reveste-se de grande significado na medida em que a autora é uma das principais referências na análise da questão urbana no Brasil. Sua vasta produção teórica se articula com longa práxis junto aos movimentos de luta pela moradia¹ e pela Reforma Urbana no Brasil. O fato de ter tido participação em dois governos petistas² torna mais pungente a sua crítica. O artigo – tanto no jornal do MST quanto no livro – tem como epígrafe uma frase de Perry Anderson, que tomamos como orientação neste texto: “O único ponto de partida para uma possível esquerda realista nos dias atuais é um registro lúcido de sua derrota histórica” (Maricato, 2011, p. 89).

Por outro lado, desde fora do campo da *nebulosa petista*, termo que utilizo aqui para designar a hegemonia do Partido dos Trabalhadores³ no campo dos movimentos sociais, deve-se destacar o esforço feito por intelectuais e organizações políticas que, mesmo reconhecendo a importância deste partido na história recente do país, têm feito críticas bastante substantivas aos governos por ele capitaneados. Alguns destes autores trazem elementos cruciais para compreender o avanço do processo de acumulação do capital na América Latina nas primeiras décadas do século XX nas quais, paradoxalmente, forças progressistas ocuparam alguns governos da região, como os da Bolívia, do Equador, da Argentina e do Brasil. Nesta via, o questionamento às vias institucionais e aos pactos feitos por estas forças com setores da classe dominante e das burguesias nacionais⁴ levou a sua caracterização como governos de conciliação de classes. Apesar das diferenças entre estes países, o caso brasileiro se destaca, a um só tempo, por ser a maior economia da região e aquele em que este pacto foi o mais desfavorável para o povo. Estas considerações têm como chave analítica, na maior parte dos casos, a perspectiva materialista e a convicção de que ainda é possível, no século XXI, superar o capitalismo, como Engels menciona em seus “*Notáveis artigos sobre a moradia*”, para usar a expressão de Lenin, ainda no final do século XIX:

Pela primeira vez desde que existem seres humanos está dada a possibilidade de produzir, com uma distribuição sensata do trabalho entre todos, não só o necessário para o consumo farto de todos os membros da sociedade, e para juntar um fundo de reserva polpudo, como também para proporcionar a cada qual um tempo de lazer suficiente não só para preservar aquilo que merece ser preservado da cultura historicamente transmitida, como também

¹ Utilizo o termo movimentos sociais na primeira parte do texto de forma meramente descritiva, indicando tanto lutas e mobilizações organizadas e, ainda, restringindo o seu uso àqueles que se situam no campo progressista.

² Ermínia Maricato atuou na Prefeitura de São Paulo entre 1989 e 1992, como Secretária da Habitação e do Desenvolvimento Urbano, e como secretária adjunta no Ministério das Cidades, que ajudou a criar, entre 2003 e 2005.

³ Ou seja, setores que, mesmo sem fazer parte do e dos demais partidos, compartilham de seu projeto. Não me refiro, portanto, apenas ao conjunto de militantes que atuam em suas fileiras, mas a este grande grupo – expressão da hegemonia petista na esquerda brasileira.

⁴ Um dos pontos de divergência entre intelectuais é, justamente, a questão da existência – ou não – de burguesias nacionalistas, capazes de romper com o imperialismo. Esta polêmica não é nova, está presente em obras de fundadores na região, como as de Mariátegui, e faz parte das constatações feitas, mais recentemente, pela Teoria Marxista da Dependência e por Fontes (2012).

para convertê-lo de monopólio da classe dominante em bem comum de toda a sociedade, aprimorando-o cada vez mais (Engels, 2015, p. 48)

O foco da reflexão é a cidade de Florianópolis e as reflexões aqui compartilhadas estão ancoradas no meu envolvimento com movimentos urbanos da região, bem como em leituras, pesquisas e incursões de campo junto às ocupações organizadas em busca de moradia. Tenho como recorte temporal o período de outubro de 1988 até julho de 2016, anterior, portanto, ao *impeachment* de Dilma Rousseff, deixando de fora o período que corresponde aos subseqüentes governos ultraliberais e de cortes fascistas, que trazem complicadores e rearranjos das forças políticas que não conseguirei analisar aqui.

1. Construindo uma cidade com qualidade de vida

Pequena, com menos de 200 mil habitantes até os anos 80; *bonita*, por suas características ambientais⁵; e *próxima*, com relação aos centros urbanos do sul do Brasil. Assim foi vista a cidade que passou a fazer parte das rotas hippies dos anos 70, atraindo grupos identificados com valores da contracultura, entre os quais a valorização de uma determinada representação de natureza – crítica – às expressões predatórias do capitalismo e da racionalidade moderna (Souza, 1997). Esta ideia e este modo de vida, visto pela classe dominante inicialmente como passadista e romântico, contavam ainda com uma valorização das neoespiritualidades, que se articulavam com elementos da cultura popular.

Desde os anos 80, estes elementos foram sendo ardilosamente apropriados pela classe dominante que os articulou com aspectos da tradição açoriana⁶ prevalente na cidade justamente no momento em que se aprofundava o processo de expropriação das terras onde viviam a população camponesa (lavradores e pescadores) sobretudo de origem açoriana. Esta seleção, arbitrária, ideológica, envolveu conflitos abertos – como o caso dramático da perseguição à prática popular da “Farra do Boi”, que ocorria em terras comunais em moldes bakhtinianos⁷ – e celebrações consensuais, como o Prêmio Manezinho da Ilha, na década de 1990. Nesta via, ocorre a captura do apelido atual – “Ilha da Magia”.

Deste grupo de migrantes de ideário contracultural advém, também, a consolidação de uma *movida ambientalista* da cidade, que se espraia também em movimentos *comunitários ou de bairros*⁸, sujeitos políticos importantes nos conflitos urbanos das

⁵ Inserido no bioma Mata Atlântica, o município conta com 12 Unidades de Conservação, segundo critérios do SNUC.

⁶ A narrativa oficial acerca da formação cultural da cidade é atribuída aos migrantes oriundos do arquipélago de Açores, que vieram, a partir da política estatal, para o litoral de Santa Catarina em meados do século XVIII.

⁷ Considerada como uma festa popular similar a outras tauromaquias comuns no Brasil, a prática, que ocorria sobretudo no período da Páscoa em diversos territórios do litoral catarinense, foi criminalizada e proibida em 1991. O processo esteve fortemente articulado a conflitos territoriais, conforme destaca Bastos (1992).

⁸ Utilizo com cautela aqui a expressão êmica “movimento comunitário”, quando o mais adequado seria classificar como movimentos de bairros ou vicinal. O qualificativo comunitário traz implicações que, a meu ver, não condizem com uma boa parte do que é vivido nas cidades mesmo tendo por lócus os bairros, e advém de um ideário religioso que está longe de indicar os

três últimas décadas. Não por acaso, a classe dominante local atribuiu-lhes o apelido pejorativo de “os contra” – os que almejavam deter o progresso e impedir o acesso da cidade à modernidade e à riqueza. Este é apenas um traço de um processo que envolveu a construção de empresas públicas de infraestrutura, como a Eletrosul, estratégica no projeto econômico capitaneado pelos governos militares e expressão do lugar que o Brasil ocupa na expansão do capitalismo na América Latina (Zibecchi, 2012; Fontes, 2012).

Neste período também se consolidaram as universidades e empresas estatais de grande porte, como a Eletrosul, e com essas a migração de profissionais (e estudantes) com maior escolaridade, com salários muito mais polpudos e padrões de consumo mais elevados que a média da população local. Esta, em sua maioria, vivia até recentemente em áreas rurais e de pesca, hoje transformadas em bairros e balneários. Além destes nativos – lavradores-pescadores –, encontra-se na cidade uma população negra, tanto em áreas rurais (inclusive com alguns territórios recentemente identificados como quilombolas) quanto em áreas urbanas.

Estas presenças demográficas se expressam em diversas e distintas práticas culturais, artísticas e religiosas, que têm sido alvo de inúmeros trabalhos – de pesquisa, de divulgação e de valorização – nos últimos anos, não obstante ocorram justamente em momentos em que estes modos de vida entram em declínio por conta dos processos de intensificação das expropriações de diversos tipos, inclusive as de primeira ordem que afetaram aquele que ainda mantinha suas terras e nelas produziam suas condições de sobrevivência.

2. Crescimento demográfico, migrações e trabalho

A condição do trabalhador migrante pode se apresentar de diversas formas no capitalismo, na qual os ricos que migram são vistos como estrangeiros, e os trabalhadores que viajam em busca de trabalho são vistos como “de fora”, intrusos e perigosos. A base concreta da sua condição de mobilidade e da assim chamada *vulnerabilidade*, bem como de preconceitos mobilizados com frequência contra determinados grupos sociais supostamente *de fora*, segue repousando na condição de *sujeito trabalhador* e, portanto, a condição de classe segue sendo prioritária para a compreensão dos processos (Vendramini, 2018). Nesta via, entendemos que não é o preconceito que aciona as políticas segregacionistas na cidade, mas, antes, é a lógica da produção desigual do espaço que aciona e se articula a preconceitos preexistentes.

O crescimento da capital e dos municípios ao seu redor expressa a dinamicidade da economia local e a atração que exerce sobre outras regiões do país, decorrente dos desequilíbrios internos da economia. Entre 1991 e 2010, a população de Florianópolis cresceu 63,9%, ao mesmo tempo em que cresceram, nesta via, municípios contíguos: São José, 50,40%; Biguaçu, 70,88% e Palhoça, 100,69% (Magalhães e Tonin, 2015, p. 233). A atração de migrantes de outras unidades da federação para Florianópolis e dela para a região se expressa no número de nascidos fora do município: 61,05% de moradores de São José; 42,38% de Biguaçu e 52,18% de Florianópolis, e está relacionada também a características do próprio estado de Santa Catarina. Este, de forma geral, cresceu

conflitos e as heterogeneidades vividos nos bairros populares, embora, em algumas situações, possa ser adequado do ponto de vista explicativo.

37,57% em termos populacionais nesse mesmo período, (Magalhães e Tonin, 2015, p. 236) e suas taxas de crescimento econômico superiores tem se apresentando como superiores às médias nacionais, bem como dos outros dois estados da região Sul. Observou-se também, que, entre 2011 e 2014, houve um crescimento de 5,6 % no mercado formal de empregos em toda a mesorregião da Grande Florianópolis, o que coloca esta mesorregião como um polo de atração para a classe trabalhadora.

Deve-se destacar que, nas duas primeiras décadas do século atual, o estado catarinense apresentou taxas significativas de formalização dos empregos – uma das maiores do Brasil, o que contribuiu, mais ainda, para a atração de trabalhadores de outras regiões, inclusive dos estados do sul, onde o processo de expropriação seguiu seu curso. Na região da Grande Florianópolis, em 2014, os dados revelavam que 62,32% dos trabalhadores atuavam na área de serviços e comércio, e 21,22% na área de administração pública. Os índices de escolaridade mais altos do que as médias nacionais não levaram a um aumento do nível salarial nesta região (Mattei, 2016, p.17). Porém, uma situação aparentemente melhor do que outras regiões não se sustenta se inserimos na análise outros elementos necessários à reprodução da força de trabalho, como habitação, transporte, alimentação, saúde, educação, compondo o fundo de consumo do trabalhador que, juntamente com o fundo de vida e de trabalho, indicam a presença da superexploração da força de trabalho, típica dos países dependentes e que caracteriza, também, o mercado de trabalho e a vida da classe trabalhadora nesta região. (Heinen, 2019, p. 3)

No que tange à moradia, um estudo da Prefeitura Municipal da cidade registrou a existência de 67 “áreas de interesse social” (AIS) – favelas – quando a população total era, ainda, de cerca de 325 mil pessoas. Ou seja, naquele momento, 14 % da população total da cidade estaria vivendo em favelas, o que equivaleria à cerca de 65 mil pessoas (Miranda e Lorenzi, 2000). Já em 2010, quando a capital catarinense registrava 421.240 habitantes, nota-se uma distribuição desigual: 15% desta população na área continental (3% do município) e 85% na área insular (97% do território)⁹. Esta rápida transformação expressa a vinda de levas de migrantes em busca de trabalho, de várias regiões do país, especialmente do interior do estado (a mesorregião oeste merecendo destaque), nas quais o processo de expropriação primária e secundária avançou violentamente nas últimas décadas, não sem gerar resistências, que se aglutinam em torno do MST e outros movimentos rurais. A maior parte destes trabalhadores-migrantes não consegue residir nesta cidade, devido ao maior valor do custo de vida na região, buscando abrigo na área metropolitana, mesmo que o emprego se situe na *Ilha*. Assim, o mercado contou com políticas estatais que viabilizaram ao longo de décadas a elevação do valor do solo na área insular, pressionando a própria população local a vender suas terras, ou parte delas, motivo pelo qual encontramos membros desses grupos vivendo nas áreas mais pobres do município e na área conurbada de Florianópolis.

Como sabemos, a distribuição socioespacial dos moradores de uma cidade no capitalismo – a segregação socioespacial – é expressão das diferentes classes que se estrutura na produção propriamente dita, à qual se adicionam outras explorações¹⁰. Estes

⁹ Os dados referenciados neste texto, à exceção do estudo dos técnicos da Prefeitura sobre as AIS, reportam-se ao censo do IBGE realizado em 2010.

¹⁰ Refiro-me aqui às dificuldades de classificar as frações mais bem-remuneradas da classe trabalhadora e a pequena burguesia, os servidores públicos e trabalhadores não produtivos,

outros processos de exploração que se sobrepõem e se articulam com a extração do mais-valor foram percebidos precocemente por Engels, em 1845, e foram analisados por autores no Brasil, como Lúcio Kowarick (1979), que cunhou esta sobreposição de explorações com o conceito espoliação urbana. Junto a outros autores, nos anos de 1970, este autor dedicou-se a analisar como a classe trabalhadora vivia fora dos espaços de trabalho quando o crescimento vertiginoso de cidades como São Paulo e Rio Janeiro colocou holofotes na questão urbana, desde a economia política marxista (Arantes, 2009).

A dimensão intraurbana, que tipicamente articula as cidades grandes com os municípios ao redor, coincide, no caso de Florianópolis, com a divisão natural feita pelo mar entre o Continente e a Ilha, interligada pelas pontes. A migração pendular de massas de pessoas e de mercadorias entre municípios vizinhos e a parte insular esconde e ofusca a centralidade do trabalho dos que moram fora dela – ou em seus interstícios mais pobres – para a reprodução da vida dos que nela habitam. A referência recorrente ao simbolismo da “ponte” que une e separa, a um só tempo, dois universos segregados é, talvez, a melhor expressão da interdependência das classes antagônicas na região frágil (a única ligação no modal rodoviário), não podendo comportar o peso que a classe impõe ao mundo real¹¹. Assim, a *Ilha da Magia* é o resultado desta construção recente e planejada de uma cidade claramente burguesa e segregada, paradigmática do que muitos autores chamam de “cidade-mercadoria”¹². Este conceito foi analisado por Maria Inês Sugai (2015a), e expressa um processo no qual a classe dominante faz planejamento urbano e que ele corresponde, em linhas gerais (mas não sem contradições), ao que costuma ser chamado de *caos urbano*.

A década de 90 se coloca como um marco histórico, com a construção de rodovias estaduais, que atravessam a cidade em diferentes dimensões e assumem contornos de ruas e avenidas, e de grandes avenidas propriamente ditas, interligando bairros e área central, e o subsequente aprofundamento das modificações no uso do solo, aumentando fortemente seu valor. Para tanto, alterações de zoneamento no Plano Diretor da cidade foram feitas a toque de caixa, pela Câmara, no sentido da sua flexibilização. Como exemplo, em 2000 foram feitas cerca de 400 alterações na cidade. Tratava-se de fazer deslanchar um processo já em curso no sentido de aumentar o valor da terra, atraindo investimentos imobiliários de luxo e, ao mesmo tempo, deslocar a classe trabalhadora para a parte continental e área conurbada.

Além da distribuição desigual de recursos públicos na construção e manutenção de equipamentos coletivos, ocorre uma intensificação de alterações de zoneamento

entre outros, que complexificam a análise, sem, todavia, eliminar o antagonismo estrutural do capitalismo (Antunes, 2009).

¹¹ Trata-se de três pontes: a Ponte Hercílio Luz reaberta, após décadas de reformas; a Colombo Sales e a Pedro Ivo, pelas quais circulam milhares de veículos e pessoas por dia. Eventos como o apagão, ocorrido em 2003, que deixou a cidade quase quatro dias sem energia elétrica e as dificuldades cotidianas da mobilidade intraurbana, centradas nestas vias, expressam a fragilidade da infraestrutura da “ilha”, bem como.

¹² A expressão, refere-se a elementos do folclore local, à presença de bruxas e enigmas da dinâmica do ambiente marítimo. Mas também pode ser lida – o que nos parece adequado – pelo conceito de mercadoria: “a mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho” (Marx, 1988, p. 160).

nesse período, viabilizando construções de grande porte e condomínios, junto da qual foi se expandindo toda uma rede de serviços de luxo (desde escolas privadas até shopping centers). Ao mesmo tempo, fomentava-se por toda parte o discurso apologético do turismo, visto como fonte de empregos e de renda “salvadora” para a população nativa pobre. A *vocação natural* para o turismo foi a narrativa construída tendo por suporte uma determinada ideia de “natureza”, reduzida à paisagem de forma glamourizada, contradizendo o processo cotidiano de ataque aos recursos naturais e de inobservância de cuidados no que tange ao saneamento básico, à mobilidade, à preservação da biodiversidade. A pressão sobre áreas onde grassava a pequena propriedade aumentou, avançando sobre áreas de preservação e espaços de uso comum. Acessos livres ao mar e às lagoas foram cercados, contrariando a legislação, e territórios de pesca foram rapidamente virando áreas de lazer e de esporte de luxo. Esse processo não ocorreu sem protestos: movimentos sociais estiveram sempre à frente de denúncias, contando com apoio frequente de setores do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, em alguns casos de escândalos de corrupção.

A fetichização do turismo serviu para legitimar o setor imobiliário como vetor da acumulação de capital na região e atribuir a ele o chamado “progresso” – alçado ao posto de gerador de empregos e entronizado como *tábua de salvação* para os desempregados e subempregados da região, quando, de fato, reitera padrões similares de dependência e extração de mais-valia, avançando ainda sobre territórios e recursos de forma inaudita (Ouriques, 2005, p.59).

3. Moradia

A ausência de ações estatais consistentes para moradia social se alastra por décadas, na cidade, expressando, em boa medida, a tendência nacional. As pequenas iniciativas que ocorreram nas últimas décadas, neste sentido, estão longe de caracterizar uma política habitacional, como analisa Pimenta (2009). A ação da Secretaria de Habitação neste período, com a inscrição de pessoas em um cadastro para a moradia popular poderia ser vista como cômica, se não fosse, antes, trágica, e costuma ser acionada discursivamente pela prefeitura como expressão de direitos dos que estão na fila (o conhecido “cadastro”) quando ocorrem ocupações organizadas e conflitos. A permanente degradação das poucas habitações sociais que existem na cidade também deve ser considerada, colocando provavelmente as unidades ofertadas pelo estado no rol das moradias sem condições de habitabilidade (e, portanto, compondo os índices de déficit), apesar de expressarem também o esforço feito por seus moradores para promover reparos e uso de criatividade (fazendo adaptações de projetos altamente massificados às suas necessidades e singularidades).

Os dados oficiais apontam para a existência de 20 mil imóveis ociosos, ao passo que as moradias sem condições de habitabilidade chegariam perto de 17 mil, segundo os critérios da Fundação João Pinheiro, o que expressa bem a legitimidade local da palavra de ordem *muita gente sem casa e muita casa sem gente*, dos movimentos de luta pela moradia, ao mesmo tempo que não dá conta de mensurar a desigualdade de acesso à moradia se tomamos em consideração justamente o entrelaçamento intraurbano da área conurbada – ou seja, estamos tratando de dados extremamente distantes da realidade, isso sem falar dos limites inerentes à própria metodologia de cálculo uti-

lizada, bem distante do que poderia compor um cálculo razoavelmente digno de escassez de moradia, à altura da riqueza acumulada no país (Tornquist e Maier, 2021). A prefeitura não se movimentou para captar os recursos viabilizados pelo governo federal ainda nos governos petistas, quando foi elaborado o Programa *Minha casa, minha vida*, dos quais 7,75% dos empreendimentos estavam na área insular – e se destinavam para as faixas salariais mais elevadas. Os restantes 92% estavam situados na área conurbada (Souza e Sugai, 2018), contemplando as famílias que recebiam de 1 a 3 salários mínimos. E os trabalhadores com ganhos mais baixos, que poderiam ser beneficiados pelo recurso, não se organizaram para pressionar a prefeitura neste sentido, como comentaremos depois. Apesar de não garantir o acesso à terra urbanizada, com acesso e equipamentos urbanos, sendo sobretudo um programa de financiamento habitacional, o acesso ao *Minha casa, minha vida* poderia, talvez, ter mitigado o déficit habitacional oficial do município sem ofender os exigentes olhares da burguesia local com sua presença nas áreas mais nobres, já que uma das características deste programa foi construir conjuntos habitacionais longe dos centros urbanos. Na área conurbada de Florianópolis não foi diferente: a maior parte das construções propiciadas por esse programa aconteceu nas regiões onde a terra tinha baixo valor, distantes dos serviços, com alto custo (tanto em tempo quando em dinheiro) referente a transportes e exigindo, em tese, ações do Estado para compensar as debilidades decorrentes dessas características.

Mas não são apenas as dificuldades de morar na parte insular de Florianópolis que sustentam a chamada segregação espacial, promovida pelos Governos e pela burguesia nas últimas décadas: uma série de outras medidas, de caráter repressivo ou supressivo, vem sendo tomada nesta via, buscando expulsar esta população trabalhadora (aí incluídos os moradores de rua) para fora da Ilha, ainda que a migração pendular–necessária – seja “permitida”. A modernização do sistema de transporte feita na década de 1990 expressa claramente a segregação deliberada, mas adquire contornos específicos decorrentes da insularidade e outros detalhes, não sem gerar resistências: o surgimento do Movimento Passe Livre (MPL) na cidade, em 2004, é o melhor exemplo.

Os processos de segregação repressivas, via despejos, reintegração de posse e penalizações ambientais –têm sido constantes na cidade, mesmo no período anterior à pandemia, ainda que durante este período as forças reacionárias tenham se sentido mais livres para promover suas políticas neo-higienistas. A presença da FLORAM (órgão ambiental municipal) tem sido uma constante nas ações repressivas. Este órgão tem assumido, lamentavelmente, o protagonismo na expulsão de pobres em áreas supostamente de risco ou de preservação, a partir da legislação ambiental. A mesma que é olímpicamente esquecida quando se trata de empreendimentos imobiliários de alto valor e que não é lembrada face a demolições e incêndios criminosos de trapiches, barcos e ranchos de pesca, que não são investigados a contento. Um cotidiano de privatização de áreas públicas, acessos ao mar e às lagoas, cercamentos de servidões, avenidas e ruas por todos os lados naturaliza *a lei do mais forte* de forma ostensiva na cidade, não obstante a classe dominante não cesse de recorrer à imagem do invasor como exclusiva dos pobres que ocupam áreas para sobreviver, como em outras partes do país (Boulos, 2015, p.34).

Ademais, à polpuda conta da segregação explícita, deve-se incluir o fechamento de escolas públicas na área central (5 escolas em 10 anos), a criminalização de cultos de matriz africana, de artesãos indígenas, de malabaristas de rua, de moradores de rua e a

violência policial promovida diuturnamente pelo Estado contra a população pobre, sob o alibi da guerra às drogas e do combate ao crime.

4. Persistências, resistências

A realidade, que é dialética, nos mostra que a dinâmica acelerada da segregação avança trazendo consigo contradições e resistências. Um estudo de técnicos da prefeitura apontou a existência de 67 Áreas de interesse social(AIS) – favelas – na cidade, no ano de 2000, quando 14 % da população total da cidade estaria vivendo em favelas o que equivaleria à cerca de 65 mil pessoas. Em 2015, seguindo a tendência anterior, observa-se a ampliação dos assentamentos informais, que continuaram se adensando: a equipe local do projeto Infosolo registrou 62 assentamentos informais pobres, de um montante de 171 situados na área conurbada (Sugai, 2015b).

A maior parte das favelas se concentra no Maciço Central– correspondendo aos territórios historicamente ocupados após a abolição das relações escravistas e das políticas *haussmanianas* e higienistas do século XX–, mas também em novas áreas de adensamento populacional, como Ingleses, no norte da ilha, e seus arredores. Foi nesta região que ocorreu a Ocupação Amarildo de Souza em 2014, reveladora da luta de classes e do rentismo que comanda as decisões políticas locais (Filomeno, 2014) bem como do desejo de permanência da classe trabalhadora da cidade: em menos de 30 dias, a Ocupação, que começou com cerca de 20 pessoas, chegou a cadastrar 700 famílias¹³ interessadas em nela permanecer (e só parou de receber adeptos porque foi forçada pelo poder público, e já em negociações, a fazê-lo) e a contar com mais de 200 barracos, nas bordas da *SC 401*, rodovia estadual que liga o centro da cidade ao Norte da Ilha, e onde o valor da terra por metro quadrado é considerado dos mais altos do Brasil.

Pesquisas qualitativas realizadas com os moradores destas periferias, como as de Eippel, Pimenta e Pimenta (2006), e as que eu mesma pude realizar com moradores das ocupações organizadas¹⁴, demonstram que os trabalhadores fazem de tudo para permanecer na área insular, fazendo cuidadosos cálculos, economias e a realização de um conjunto simultâneo e sucessivo de empregos e *bicos* para dar conta de pagar o aluguel ou construir sua própria casa. Estes trabalhadores e trabalhadoras refletem permanentemente sobre o preço do transporte, o tempo dispendido nele e o acesso a outros equipamentos, como escola, postos de saúde, hospitais, lazer. Os estudos são unânimes em mostrar que preferem permanecer em áreas vulneráveis do ponto de vista ambiental – áreas de risco e sujeitas a desastres – a buscar morada fora da ilha, mesmo tendo atravessado experiências de destruição total de suas casas em momentos de tempestades e ciclones.

Não se trata apenas do desejo manifesto dos trabalhadores de permanecer nas áreas com maior acesso a serviços e com menos custo a dispendido nos transportes. É que esta proximidade dos locais de trabalho pode, por vezes, interessar também à classe dominante: o rebaixamento do valor médio dos salários, que precisa forçosamente in-

¹³ Utilizo aqui o termo família a partir dos critérios elaborados pela própria ocupação, podendo ela incluir também apenas uma pessoa.

¹⁴ Tornquist, Andrade e Monteiro (2010); Tornquist e Olívio (2015); Canella, Tornquist e Silva (2014)

cluir os custos econômicos da reprodução da força de trabalho, não é algo desimportante para o planejamento do capital. Nos contextos em que há um conjunto muito grande de trabalhadores disponíveis para vender seu trabalho ao capital, o *exército industrial de reserva*, a superexploração da força de trabalho é uma realidade.

Mas ela encontra limites, que se relacionam, entre outros aspectos, à necessidade de qualificação desta mão de obra para atender às necessidades da produção, conforme as especificidades de cada localidade. Chamamos atenção para a necessidade de pensar sobre os processos urbanos envolvendo sua relação com o fenômeno da superexploração da força de trabalho, típico dos países dependentes e periféricos.

Nesta via é que se pode compreender por que o Estado é ambíguo em suas políticas higienistas, recorrendo à expulsão violenta de *comunidades*¹⁵, ora permitindo que ocupações informais sejam até mesmo regularizadas, em algum momento. Sem recursos para promover reformas e melhoras nas habitações – inclusive aquelas fornecidas pelos programas estatais –, as moradias rapidamente se deterioram e expressam as contradições decorrentes da exploração incessante da classe no âmbito de produção. Assim, as condições de permanente vulnerabilidade da classe trabalhadora no campo da moradia é contínua. Por outro lado, a permanência nas ocupações informais e de forma desorganizada nestes assentamentos precários é expressão, ainda que tênue e titubeante, da luta de classes, que se potencializa quando se transforma em organizada, seja para ocupar uma área de forma planejada (como ocorreu com as Ocupações do Bairro Monte Cristo, em 1990 e com a Amarildo de Souza, em 2013), seja a partir de uma organização posterior à ocupação do território (caso das Ocupações Marielle, Fabiano de Cristo, Palmares, Contestado e outras). Em todas estas deve-se destacar a presença de organizações políticas e, em menor grau, de “redes de apoio”, das quais fazem parte instituições como as universidades, sindicatos, Igrejas e outros “movimentos sociais”.

5. Reforma urbana e moradia

A primeira proposta de Reforma urbana no Brasil advém do início dos anos 1960, tendo como marco o Congresso de Quitandinha. Ela esteve relacionada ao programa de reformas de base do governo João Goulart, interrompido pelo golpe de 64. A ideia volta nos anos de 1980, quando foi criado o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), que capitaneará a luta pelos artigos 182 e 183 na Constituição Federal, em 1988 e pelo Estatuto da Cidade. Mas, antes, nos anos de 1970, um importante grupo de intelectuais marxistas tomou a cidade de São Paulo como objeto de análise, produzindo um conjunto de reflexões bastante originais que ultrapassaram, evidentemente, as suas “especificidades” paulistas e à luz do debate de certa forma inaugurado por Manuel Castells, na Europa (Arantes, 2009). Assim, alguns pontos da proposta esboçada anteriormente ao Golpe de 1964 –cunhada, justamente, de reforma urbana – foram recuperados nos anos de 1980: gestão democrática das cidades, função social e ambiental da propriedade, direito à cidade e à cidadania (Pereira, 2018).

Esses aspectos compõem o diapasão das lutas pela moradia no Brasil, desde então, embora existam organizações e movimentos com compreensões diferentes. De

¹⁵ Utilizo o termo comunidade, em todo o texto, no sentido corrente, de “população residente em um território comum”, partilhando, supostamente, uma mesma experiência cotidiana, apesar de considerá-lo um tanto problemático.

toda forma, vemos que a proposta de restringir a propriedade privada (cláusula chave da sociedade capitalista) via uso social e ambiental tem feito com que a maioria das ocupações urbanas aconteça respeitando a lei: os terrenos ocupados via de regra são áreas que deveriam, pela mão do Estado, ser alvo de desapropriação, não havendo praticamente casos de ocupações organizadas em propriedades que estejam ocupadas, nesse sentido. Assim como o movimento indígena e o MST, entre outros, os movimentos de luta pela moradia têm tido como pautas principais lutas pela legalidade, não obstante a classe dominante vocalize, via aparelhos de ideologia, que se trata de movimentos contra a ordem.

6. Movimentos sociais no plano local

Florianópolis conta com um tipo de ativismo social que pode parecer, a uma primeira vista, descolado da luta de classes: demandas relacionadas à preservação de mananciais hídricos, de parques públicos, de áreas de preservação, de lutas contra a construção de grandes empreendimentos privados e contra privatizações de forma geral. Destas fazem parte também as mobilizações feitas por associações de pescadores, que têm tido conflitos de grande monta com os moradores burgueses e empresários e com os usuários dos esportes de luxo, que concorrem com as atividades de pesca tradicional. Um extenso rol de lutas – e várias vitoriosas – nesta via, faz parte da história recente da cidade. Destacam-se aqui tanto o assim chamado movimento ambientalista propriamente dito quanto o movimento vicinal. Um movimento social bastante importante na cidade foi o MPL/tarifa zero, que, depois de ter contribuído com a politização do transporte coletivo na cidade, contribuiu para colocá-lo no centro dos protestos iniciais de junho de 2013. Protagonizado por estudantes de escolas e faculdades públicas, mas com apoio de diversas organizações, inclusive partidárias, foram realizadas diversas temporadas de protestos massivos, com apoio amplo da população trabalhadora, o que é expresso pelos *catracaços* feitos nos terminais urbanos.

O fervilhar desses movimentos contou, nas últimas décadas, com a entrada em cena de um outro “ator político”, que precisa ser analisada com cautela. São as ONGs (e suas versões atuais), que muitas vezes ocupam o lugar de entidades representativas da classe trabalhadora, como sindicatos e centrais, para a alegria da classe dominante. Muitas ONGs não representam senão os interesses de meia dúzia de pessoas ou um punhado de empresários antenados com a popularidade de causas como as ambientais, das mulheres, da infância, da raça/etnia *etc.*¹⁶ Outras expressaram, contraditoriamente, o engajamento de muitos (jovens, em particular, em busca de trabalhos dignos, mesmo que precariamente remunerados) comprometidos com causas filantrópicas, porém, também enredados no campo nebuloso do assim – e ideologicamente – chamado “terceiro setor” (Vitullo, 2011). Do *terceiro setor* passaram a fazer parte várias das iniciativas progressivamente tomam o lugar dos movimentos sociais da capital e área conurbada, muitas vezes apoiado na legitimidade adquirida junto às comunidades e

¹⁶ Um bom exemplo nesta via, foi o papel proeminente de Oded Grajew nos Fóruns Sociais Mundiais e no cenário político, sobretudo na década de 2000: coordenador da Abrinq, associação empresarial das indústrias de brinquedos infantis e do Instituto Ethos. O voto deste senhor tinha o mesmo peso que, por exemplo, o voto do MST (organizado democraticamente, em diversas e rigorosas instâncias, e representando milhares de camponeses no país: cerca de 250 mil famílias em 2005).

ocupações, mas aderindo à uma vaga conciliatória da esquerda com setores da classe dominante local. O caso do Instituto Vilson Groh, em Florianópolis, é paradigmático do processo de paralisia em moldes locais: advindo da Teologia da Libertação e das lutas por terra urbana dos anos 1990, esta importante e carismática liderança passa a gerenciar um crescente número de projetos sociais nas comunidades organizadas e ocupações, estando na liderança do processo de fechamento de uma das principais escolas públicas que atendia filhos da classe trabalhadora, que, a partir de então, passa para uma ordem religiosa (à qual pertence esta liderança) da Igreja Católica, subtraindo do poder público a responsabilidade pela educação dos jovens e crianças desta comunidade.

Além da problemática da representatividade das ONG, Oscips e correlatas, que não raro operam em moldes personalistas e empresariais, a própria natureza destes autoproclamados atores “não-governamentais” obscurece as raízes objetivas das classes representadas, fundamental para que ocorra o que Virgínia Fontes chamará de conversão mercantil-filantrópica da esquerda brasileira, que ocorreu concomitantemente ao processo de redemocratização das últimas décadas (Fontes, 2012, p. 255). A autora mostra como os aparelhos privados de hegemonia (que fazem parte do Estado, e, evidentemente, aos interesses das classes) se ajustaram a este formato para construir uma cândida imagem associada à filantropia que floresceu junto ao capitalismo, ainda que de forma contraditória. A partir de Gramsci, a autora coloca a questão em uma chave contrária à que tem predominado em muitas análises sobre movimentos sociais: a sociedade civil é parte do Estado, e não sua antítese, e a análise precisa articular os discursos antiestatistas com elementos de uma totalidade, da qual Estado e relações sociais de produção forçosamente fazem parte. Contígua e articuladamente, o processo dos movimentos populares ocorreu no campo do sindicalismo, onde esta conversão ocorreu com contornos ainda mais trágicos, uma vez que desarmou a classe trabalhadora, que havia se reorganizado em um projeto autônomo e classista nos anos de 1980 (Antunes, 2018; Fontes, 2012; Iasi, 2006). O que estes autores analisam, de uma forma geral, pode ser percebido claramente no caso de Florianópolis; a presença destes grupos – representando a sociedade civil – aparece tanto no viés popular, junto às associações vicinais e aos movimentos ambientalistas, como no campo das entidades explicitamente ligadas à burguesia local (CDLs, FIESC, Floripa Amanhã *etc.*).

7. O processo do Plano Diretor

O Plano Diretor Participativo (PDP), tão esperado pelos entusiastas da reforma urbana, iniciou-se na cidade a partir de mobilizações sociais que exigiram da Prefeitura a operacionalização do Estatuto da Cidade, que exigia que Planos diretores das cidades com mais de 20 mil habitantes fossem feitos de forma participativa, levando em consideração as especificidades municipais. Algumas associações comunitárias e profissionais promoveram mobilizações obrigando o órgão de planejamento local a viabilizar a participação popular, ancorada, sobretudo nas organizações dos bairros (distritos). Assim, entre 2006 e 2009 a agenda política da cidade foi tomada por um intenso calendário de assembleias e debates em diversos bairros articulados em uma coordenação geral, que sistematizava as leituras comunitárias (correspondente às assembleias de bairros) mobilizando centenas de pessoas e organizações para refletir sobre seus problemas cotidianos e elaborar proposições para a prefeitura incluir em seus planos.

O PDP se estendeu por anos, tendo sido judicializado em diferentes momentos, não sem antes contar com protestos e enfrentamentos significativos, amplas manifestações de rua e pressão popular sobre a Câmara de Vereadores e Prefeitura. Seus resultados não são muito diversos dos que ocorreram em outras cidades do estado e do país, como analisa Elson Pereira (2018), sobretudo nos momentos em que os debates envolviam diretamente o uso e a ocupação do solo e envolviam o valor da terra urbana.

Pode-se constatar que um amplo conjunto de entidades e associações, e indivíduos isoladamente, envolveram-se nos debates e embates urbanos neste período, expressando um entusiasmo democratizante na cidade (Peres *et al.*, 2013). A radicalização que marcou o segundo momento deste processo, em 2010, advinda da efervescência participativista, levou à eventos de repressão policial e criminalização de lideranças propiciando o que Maricato chama de *alfabetização urbanística*, além de uma conscientização acerca dos interesses econômicos e suas formas de operar no aparato estatal da cidade. Não obstante a capilarização do processo em importantes bairros da cidade e o envolvimento por vezes até direto de trabalhadores que moravam nestes bairros, predominaram as camadas médias e os setores menos empobrecidos da classe trabalhadora na construção das *leituras comunitárias*, uma das etapas mais instigantes em termos de organização popular.

Este processo não chegou a contar, de fato, com os trabalhadores, apesar de ocorrer no momento em que a questão da moradia se agravava na cidade, e não obstante o fato de que predominou nas *leituras* o viés socializante e universalista de pensar a cidade que caracteriza o campo progressista. Bairros da periferia ou *comunidades* que contavam com um histórico de organização popular (alguns citados antes e outras, como *as comunidades Mont Serrat, Chico Mendes*), que estavam à época, envolvidos com o gerenciamento dos projetos sociais e deixaram que a participação no plano ficasse a cargo de setores organizados das camadas médias da cidade. As poucas lideranças que participaram do processo lamentavam-se, justamente, das dificuldades encontradas em disputar, em suas bases, os trabalhadores que vinham “aderindo” – via conversão mercantil filantrópica – ao ideário do empreendedorismo e da participação institucional, sem promover enfrentamentos. Os sindicatos, a seu turno, tiveram participação diminuta no processo, apesar de muitos terem relação direta com a cidade, como por exemplo, o sindicato dos servidores municipais, que congrega serviços de limpeza, transporte público, assistência social, educação, saúde *etc.*

8. Lutas pela moradia

Como vimos antes, no início dos anos 1990, na área continental, as ocupações organizadas já fizeram parte do cenário político mais recente da cidade, assim como do restante do país. Influenciadas pela Teologia da Libertação e por organizações que orbitavam ao redor do PT, elas convocavam trabalhadores pobres a ocupar vazios urbanos – terras públicas ou privadas sem função social – e obtiveram relativo sucesso, no sentido da conquista da terra propriamente dita. Mas, se observamos o que aconteceu com esses espaços, vemos não apenas o declínio da consciência de classe (que se expressa na adesão às parcerias público-privadas e ao discurso da inclusão e do empreendedorismo, de forma geral), como a decadência material, propriamente dita, das habitações, rapidamente degradadas pela ação do tempo, das intempéries e dos limites originais com os quais foram, mesmo, projetadas (Pimenta, 2009). Afinal, não é possível manter uma moradia digna sem constantes reformas, ampliações e reparos se os recursos dos trabalhadores são tão escassos quanto os permanentes empuxos para que troquem de moradia, considerando os fatores que envolvem a reprodução da força de trabalho.

Há um conjunto importante de análises sobre as três últimas décadas, assinalando lutas em torno da moradia e mobilidade que instigaram pesquisadores a se debruçar sobre estes grupos e processos. No que tange às lutas das periferias urbanas, pode-se perceber, a uma primeira mirada, a existência de “ciclos”, sendo o primeiro o dos anos 90 e outro já no século XXI. Esta é a argumentação de Canella (2016), estudioso do tema na região. Ele considera que o lapso de organização e de lutas pela moradia durante mais de 15 anos teria a ver com a mudança nas formas de organização nestas lutas e que a entrada em cena de ONGs, projetos sociais de entidades filantrópicas, parcerias público-privadas, entre outras, marcaria o período intermediário, sem enfrentamentos, mas com participação na institucionalidade. Nesta perspectiva, a retomada de Ocupações, em 2011, na área conurbada, seria tributária sobretudo do agravamento do déficit habitacional, do aumento das migrações e da entrada em cena de novas organizações políticas, com um perfil bastante diferente daquele que interpelava os trabalhadores organizados nas suas lutas, e que, foram pouco a pouco, ficando para trás junto às memórias de um passado remoto, como, inclusive atestam antigas lideranças populares em testemunhos coletados a posteriori (Tornquist, Andrade e Monteiro, 2010). Porém, se por um lado a classificação das lutas em *ciclos* nos ajuda a contextualizar e descrever o processo recente, envolvendo estes estratos superexplorados da classe trabalhadora local, por outro lado esta não chega a problematizar as mudanças operadas ao nível das direções das organizações políticas que, justamente, ao longo do período, foram modificando suas pautas e estratégias, como veremos a seguir, a nível nacional.

Assim, nos quedamos diante de uma importante lacuna no sentido de explicar as razões dos momentos de paralisia – fundamental para compreender os *ciclos*, que ocorre justamente entre os anos de 1990 e 2010, mesmo quando as condições objetivas de moradia se agravaram na região, e mesmo com a o processo de redemocratização em curso, à exemplo da aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001. Nesta via, a nosso juízo, o apassivamento das lutas da classe trabalhadora na cidade, em especial as ligadas à moradia, precisam ser pensadas sob uma perspectiva mais ampla, transcendendo o plano local e a perspectiva politicista e culturalista, ou seja, pela chave materialista.

9. Alguns elementos conceituais

Movimentos sociais têm sido um conceito usado comumente para indicar grupos, entidades, associações que, tendo o Estado como interlocutor, trazem à cena pública demandas relacionadas a temas urbanos, ambientais *etc.* e que não estariam vinculados ao mundo da produção e das relações de trabalho¹⁷. Trata-se de uma perspectiva entusiasta e entusiasmante de ideias como *novas formas de política* e de *participativismo*, voltado a aprofundar a democracia, e que sublinha a importância do associativismo cidadão e da *onguização* dos movimentos, ou seja, a substituição das organizações pautadas por formatos representativos e de massa, baseados na livre e voluntária associação dos companheiros (forma organizativa historicamente criada pela classe

¹⁷ Destaco a noção de NIMBY (*Not In My Back Yardgarden*), que se refere a lutas localizadas, de caráter vicinal, geralmente empreendidos por elementos e frações da burguesia, em prol da manutenção da valorização de suas áreas de moradia, para os quais o valor da paisagem e de outros itens da *qualidade de vida* fazem parte. Atuam pontualmente à luz deste interesse específico, acionando valores próximos ao ambientalismo, como aconteceu no caso das lutas contra o Estaleiro OSX, em 2011, na região.

trabalhadora) por pequenos grupos, associações ditas *sem fins lucrativos* e outras, de formato empresarial, que seriam, todavia, pautadas por “fins públicos e sociais”. Muitas destas contam com a atuação de profissionais – em geral de camadas médias e com qualificação técnica – que passaram a substituir as entidades populares de outrora a partir de financiamentos, seja de organizações externas ou fundações privadas, seja do próprio Estado, em formatos privatistas (parcerias público-privadas), por meio de editais para projetos sociais. Este corresponde à *conversão mercantil-filantrópica da militância*, que vai acontecendo ao lado da reconfiguração da classe trabalhadora, junto ao processo de acumulação dita primitiva, que não cessou de ocorrer no país e região (Marx, 2017; Fontes, 2012).

A expressão *movimentos sociais* passou a ser bastante utilizada na esquerda brasileira, sobretudo nos anos de 1980, processo concomitante ao que ocorre junto às agências internacionais, como a ONU, UnHabitat, *etc.* adquirindo legitimidade crescente junto aos Estados e às burguesias. Organizações populares e da esquerda socialista também aderiram a esta vaga aparentemente libertária, expressando o que Mike Davis chamou de “ilusões da autoajuda” (Davis, 2006), diapasão no pelo qual foram os pequenos grupos e as ações locais foram substituindo as referências históricas da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que passou a celebrar a capacidade dos trabalhadores de trabalharem em suas horas “vagas”, de forma coletiva, buscando melhorias sem esperar pela ação do estado. O debate no Brasil sobre os limites da autoajuda já esteve presente, passando pelo debate sobre o recurso dos mutirões e pela autoconstrução da moradia popular, nos anos 80, quando os marxistas começaram a se debruçar com maior rigor sobre os problemas urbanos (Arantes, 2009). Por seu turno, os sindicatos de trabalhadores vinham sofrendo revezes – e isto a nível mundial – e o apassivamento e a conciliação vinha tornando-se a regra (Antunes, 2009). Estes teriam desaparecido, ou perdido seu sentido, devido às transformações no mundo do trabalho e à derrocada do socialismo da URSS, gerando a ideia de que capitalismo como única forma de produção e sociabilidade, porém, passível de ajustes.

Os movimentos sociais seriam, assim, peças- ou atores-chave na promoção de melhorias, instrumentos de pressão e de aperfeiçoamento da vida social, descentradas do mundo do trabalho. Colocariam em cena o exercício permanente da participação e da democracia – tendo como contraponto à crítica à experiência soviética do período stalinista e acrescida da dura experiência das ditaduras latino-americanas dos anos 70, com seu elevado passivo de crimes e violências contra os direitos humanos. Nesta via, uma certa reificação da *democracia* acabou sendo feita, destituída de sua historicidade e de sua imbricação com o Estado capitalista. Ainda, leituras excessivamente politicistas têm se afastado de uma constatação fundamental: a de que o Estado – e a democracia que este prefere viabilizar – é a *forma política* do capitalismo. Esta forma política é complexa, composta de relações sociais contraditórias, e guarda uma autonomia por ocupar um lugar de “ente terceiro” entre capital e trabalho (Mascaro, 2013, p.63), podendo se expressar de diferentes maneiras, nenhuma delas, todavia, estando descolada da totalidade:

Na totalidade social, o primado econômico não se faz à custa do político, mas, pelo contrário, é realizado em conjunto, constituindo uma unidade na multiplicidade. Tampouco esta totalidade é de vetores causais aleatórios, como se o político não gerasse o econômico ou vice-versa. Trata-se de uma totalidade estruturada [...] O político se apresenta anelado ao econômico,

guardando nesta específica união de tipo capitalista, justamente sua unidade (Mascaro, 2013, p.27, grifos adicionados)

Na linha inversa a esta reflexão, observou-se uma inflexão à direita – na rubrica das demandas *democráticas* – que foi sendo incluída como pauta cada vez mais importante das lutas sociais, substituindo as demandas substantivas de acesso aos bens e às riquezas propriamente ditas. Que estas ações contribuem para a melhoria da vida urbana; e que permitem que os seus habitantes adquiram uma série de saberes outrora monopolizados por profissionais, não há dúvida. Elas superam o paroquialismo e o individualismo, pensando para além do seu bairro e vendo a cidade como uma totalidade dinâmica, o que é inegável e positivo. Que tenha predominado nestas lutas a perspectiva universalista, expressão do *direto à cidade*¹⁸, por terem sido protagonizadas por setores médios da classe trabalhadora, também é muito interessante. Porém, também parece ser fato que um dos resultados dessas vitórias pontuais, em particular as relacionadas à preservação de áreas verdes, tem servido para atribuir maior valor ao solo e, contraditoriamente, promover mais segregação de concentração de capitais em novo formato. O PT exerceu um papel preponderante neste deslizamento de uma *esquerda para o capital*, apesar de, em sua origem, ter, sem dúvida, expressado a síntese dos mais importantes setores da classe trabalhadora e da esquerda socialista.

Este processo pode ser caracterizado com o que Gramsci chamou de *transformismo* (Fontes, 2012 p.256), e que está relacionada a passagem de uma hegemonia proletária para uma hegemonia pequeno-burguesa (Iasi, 2006, p.558). É neste contexto que lutas e mobilizações cujo foco é a cidade, e a moradia, em especial, deixam de ser vistas como parte de um processo organizativo cujo objetivo não é o mero acesso à habitação, mas à construção de uma consciência de classe e a sua organização, que estiveram presentes nos anos 1990, e alimentavam os diversos trabalhos de base desenvolvidos junto àquelas ocupações.

Já a categoria *classe trabalhadora*¹⁹, que venho utilizando ao longo do texto, remete à centralidade que essa categoria tem na análise das relações sociais no capitalismo, reportando à teoria do valor de Marx. O seu desaparecimento ou secundarização na produção científica – e no léxico da esquerda hegemônica – é significativo e grave, ainda que seja necessário, obviamente, articulá-la com outras dimensões sociológicas (como gênero, idade, raça/etnia, religião) que estiveram e estão sempre presentes nas particularidades históricas. Aliás, o próprio Engels faz isso, quando descreve, com densidade etnográfica e elementos de teorização incrivelmente acurados, a heterogeneidade do proletariado na Inglaterra no século XIX (migrantes, mulheres, mendigos, frações de classe mais e menos pobres *etc.*). Heterogeneidades que se acirraram no contexto da nova morfologia do trabalho, como analisa Antunes (2009; 2018), em suas diferentes expressões, nas últimas décadas – e sem encontrar reverberação em sindicatos ou outros órgãos representativos, de maneira geral.

¹⁸ Utilizo a expressão no sentido relacionado aos movimentos sociais em 2005, no Fórum Social Mundial, e não exatamente no sentido lefebvriano, que serviu de orientação a estes grupos (FSM, 2005).

¹⁹ Insistir nesta categoria significa abrir mão de uma série de denominações para os pobres no mundo capitalista: excluídos, mais humildes, carentes, população de baixa renda, vulneráveis *etc.*

Nesta via, é importante ressaltar que, entre os movimentos urbanos – e que participaram, por exemplo, do Plano Diretor Participativo em Florianópolis, foram pouco expressivos aqueles protagonizados pelos trabalhadores de mais baixa renda ou desempregados, justamente os setores majoritários da população que viviam na própria pele a superexploração, o impacto dos problemas de mobilidade urbana e de déficit habitacional, além do processo de fechamento de escolas públicas, até mesmo em bairros tradicionalmente mobilizados da cidade. E, notemos, estes setores não estavam totalmente desorganizados, mas, antes, organizados e comprometidos com novos formatos de “associativismo” urbano, via projetos e parcerias público-privadas em áreas como educação (já nos moldes da chamada “inclusão social” e “geração de renda”, nos termos do empreendedorismo popular que compunha o terceiro setor na região.

Considerações finais

Quando nos debruçamos sobre as lutas pela moradia, consideramos fundamental recuperar alguns elementos das reflexões originais de Engels. Elas estão presentes em *artigos publicados na Alemanha e reunidos na obra, “Sobre a questão da moradia”, em 1872 – Os “notáveis artigos...”*, de que falava Lenin. (Engels, 2015) nos quais Engels defende a tese de que o problema da moradia – a moradia dos trabalhadores, densamente descrita em *A situação da classe operária na Inglaterra*, em 1845 – não teria solução nos marcos do capitalismo, a partir da incorporação das descobertas de Marx acerca do funcionamento da lei de valor para compreender a questão. Também defende que sejam superados os limites das soluções burguesas – inspiradas em Proudhon - que ficam resumidas a fixar os pobres em uma *propriedade* para que possam ser donos de “uma casinha, uma horta e um jardim” (Engels, 2015, p. 31) Ou seja, alimentando a ilusão de que seria possível estender a propriedade privada – cerne do capitalismo – à classe trabalhadora.

As explicações sobre o que passou com os partidos, sindicatos e demais forças socialistas nas últimas décadas – e que resultou no apassivamento das lutas, não apenas motivadas inexoravelmente pela dinâmica social e pela crise mais recente do capitalismo, mas também pela escolha de suas direções – são muito convincentes. O que observei no plano local coincide e expressa, com cores locais, este processo de *conversão e/ou transformismo*, no qual saem de cena a consciência e a organização de classe, e entram – na via das parcerias e dos projetos – as alianças com setores da burguesia local, seja com a mediação do Estado, seja na via direta da filantropia empresarial.

Muitas organizações políticas e intelectuais debruçados sobre a questão habitacional e urbana têm como paradigma os exemplos dos chamados *Estados de bem-estar social* da Europa, onde em um determinado período (após a Segunda Guerra Mundial) alguns estados nacionais estenderam o acesso à moradia e à terra urbanizada a um amplo conjunto de trabalhadores. Esses exemplos, sobretudo à luz das condições de moradia de países como o Brasil, apresentam-se até hoje como bem-sucedidos, pois mitigaram desigualdades sociais que se relacionam com a reprodução da força de trabalho. A pressão da classe operária organizada, a experiência (e ameaça) soviética com seus exemplos socializadores e estatizantes, bem como um lugar privilegiado na divisão internacional do trabalho, e uma acumulação de capitais expressiva no período do pós-guerra permitiram, de fato, que políticas sociais de grande alcance existissem, deixando até hoje um rastro de esperança e encantamento na periferia do capitalismo. Migrantes

dos países do sul, em massa, acorrem a estes países em busca do acesso a programas que, comparados com suas realidades locais, se colocam como salvadores – e, do ponto de vista da singularidade e imediatismo, de fato são. Mas será possível que esse modelo seja aplicável nos países capitalistas dependentes? Será possível estender aquela experiência reformista – e também em declínio hoje em seus territórios – para as condições históricas concretas de países como o Brasil, garantindo que os trabalhadores tenham também eles *sua casa, sua horta e seu jardim*? Mais, ainda: será que devemos ter este modelo – que é desigual – como o “máximo” que podemos almejar nesta quadra da história?

Descolar os processos urbanos dos processos mais amplos – nacionais e internacionais – não tem trazido bons resultados nem no plano da análise (ficamos sem entender, por exemplo, por que os trabalhadores mais pobres não participam dos espaços democráticos, como buscamos mostrar aqui), nem no plano da ação (desorganizados, ficamos apegados a calendários eleitorais e a um imobilismo generalizado, que é esperadamente capturado pela classe dominante). E, neste sentido, o caso de Florianópolis se assemelha a muitas outras cidades, sendo a qualidade de vida e a imagem da Ilha da Magia apenas componentes ideológicos cujo sentido é obscurecer a desigualdade econômica e a desigualdade espacial. Face à premência do *fazer uma autocrítica*, como provoca – sem resolver – Ermínia Maricato, sobretudo à luz do legado de impasses gigantescos no âmbito da cidade, desafios de todo o tipo se colocam àqueles que estão verdadeiramente empenhados com as lutas da classe trabalhadora, em suas diversas dimensões.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a negação e a afirmação do trabalho*. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.
- _____. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Editora Boitempo 2018.
- ARANTES, Pedro F. Em busca do urbano: os marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. *Novos estudos Cebrap*. São Paulo, n. 83, março de 2009, pp. 103-27.
- BOULOS, Guilherme. *De que lado você está?* São Paulo: Editora Boitempo, 2015.
- BASTOS, Rafael M. *Dionísio em Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1992.
- CANELLA, Francisco. Movimento dos sem-teto em Florianópolis: mudanças no perfil dos atores e práticas (1990-2013). *Revista Ciências Humanas*. Florianópolis, v. 50,n.2, 2016, pp. 268-88.
- CANELLA, Francisco; TORNQUIST, Carmen S.; SILVA, Mariléia M. *Reconfigurações da segregação urbana: trabalho, moradia e pobreza na Grande Florianópolis*. Relatório final de pesquisa, UDESC, CNPq, 2014.
- DAVIS, Mike. “As ilusões da auto-ajuda”. In: _____. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- EIPPEL, Susan; PIMENTA, Margareth de C.; e PIMENTA, Luís F. “Processo de ocupação e serviços urbanos no Maciço Central – Alto da Caieira e Serrinha”. *Extensio: Revista de extensão*. Florianópolis, v.3, n.4, pp. 1-10, 2006.
- ENGELS, Friedrich. *Sobre a questão da moradia*. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.
- FILOMENO, Felipe. A. “Florianópolis já encara quem a captura”, *Outras palavras*, São Paulo, 5/02/ 2014.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: Editora da Fio-cruz/UFRJ, 2012, 3ªedição.
- IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- HEINEN, Vicente L. *Superexploração da força de trabalho em SC: evolução recente e tendências nacionais*. Florianópolis: UFSC. Comunicação apresentada no III Seminário de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais, out. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/202641>. Acesso pela última vez em: 08/12/2022.
- KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MAGALHÃES, Luis Felipe; TONIN, Victor Hugo. “Segregação socioespacial e luta por moradia na Grande Florianópolis: raízes e características da Ocupação Contestado”. In: CANELLA, Francisco e TORNQUIST, Carmen S. (org.). “Dossiê Ocupações urbanas”, *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis, v. 49, n. 2, pp. 234-56, 2015.
- MASCARO, Alysson. *Estado e forma política*. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.
- MARICATO, Ermínia. *Impasses da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- _____. Nunca fomos tão participativos. *Revista Sem Terra*. São Paulo, ano X, n. 43, p.17-20, 2008.
- MARX, Karl. “Fetichismo e reificação”. In: IANNI, Octávio. (org.) *Marx, coleção grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática, pp. 159-76,1988.

- _____. A assim chamada acumulação primitiva. In: _____. *O capital: crítica da Economia Política*, Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo, Boitempo Editorial, 2013.
- MIRANDA, Rogério; LORENZI, Cibele A. *Diagnóstico de áreas de interesse social de Florianópolis*. Florianópolis: Prefeitura Municipal, mimeografado, 2006.
- MATTEI, Lauro. Distribuição espacial dos postos formais de trabalho no estado de Santa Catarina entre 2001 e 2014. *X Encontro Catarinense de Economia*, Blumenau: FURB, 2016.
- OURIQUES, Helton R. “Um breve panorama do desenvolvimento do turismo nas periferias do capitalismo”, *Caderno Prudentino de Geografia*. UNESP, Presidente Prudente, n. 29, pp. 55- 67, 2005.
- PEREIRA, Elson M. “A política urbana e o ideário crítico da reforma urbana introduzido na Constituição de 1988”, *Confluências: Revista de Sociologia e Direito*, v. 20, n. 2, pp. 73-87, 2018.
- PIMENTA, Margareth de C.; PERES, Arlis, TORNQUIST, Carmen. S.; PERES, Lino F. B.; SILVEIRA, Luis R.; DIAS, Vera L.N. (orgs.). *Reconstruindo paisagens: desafios sócioespaciais para a Grande Florianópolis*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.
- PIMENTA, Luís F. “Habitação popular e espaço urbano na Região metropolitana de Florianópolis”. *12º Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Montevideo, Universidad de la República, 2009.
- SOUZA, Almir A. *Mãos da magia nas malhas do poder: a feira de artesanato da Praça XV – Lutas e resistência (1970-1997)*. Monografia de Especialização em História. UDESC, 1997.
- SOUZA, Eduardo L e SUGAI, Maria I. “Minha casa, minha vida: periferização, segregação e mobilidade intraurbana na área conurbada de Florianópolis”, *Cadernos da metrópole*. São Paulo, v. 20, n. 41, Dossiê Mobilidade especial, 2018.
- SUGAI, Maria I. *Segregação silenciosa*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015a.
- _____. *Há favelas em Florianópolis?* São Paulo: Infosolo, 2015b.
- TORNQUIST, Carmen S.; ANDRADE, Ana P. M.; MONTEIRO, Marina. “Velhas histórias, novas esperanças”. In: MALUF, Sônia W. e TORNQUIST, Carmen S.(org.). *Gênero e aflições*. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 2010, p. 69-132.
- TORNQUIST, Carmen S. e MAIER, Jefferson A. A moradia como questão: uma comparação entre as ideias de Engels e o conceito de déficit habitacional”, *Novos Rumos*, v. 58, n. 1, 2021, pp. 89-103.
- TORNQUIST, Carmen S; OLÍVIO, Maria Cecília. “As mulheres e a Ocupação Contestado”. *Encontro da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS)*, São José da Costa Rica, 2015.
- VENDRAMINI, Célia. “A categoria migração na perspectiva materialista”, *Katalisys*. Florianópolis, v. 21, n. 2, pp. 239-60, 2018.
- VITULLO, G. *A ideologia do terceiro setor*. Natal: Editora da UFRN, 2011.
- ZIBECCHI, R. *Brasil potência*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.